

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 14

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e noventa e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, para a primeira reunião da sessão ordinária do mês de Setembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Ferreira da Peixinha e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 Horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Branco Pontes, António José Rangel Leite Ferreira, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Joaquim António Calheiros da Silveira e Libério da Silva Santos.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Artur da Rosa Pires, Fernando António Portela Rocha Andrade, Libério da Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, António José Rangel Leite Ferreira e Raul Ventura Martins, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usando da palavra o Sr. Presidente da Mesa, salientou que este pedido de intervenção por parte do público não veio com as quarenta e oito horas de antecedência que a Mesa determinava e que o mesmo entrou hoje às dez horas e trinta minutos, contudo, sendo a primeira vez que este sistema entra em funcionamento e compreendendo-se perfeitamente que o público ainda não esteja sensibilizado para a necessidade de apresentar os seus pedidos com maior antecipação, a Mesa decidiu que deveria dar entrada a este pedido e que o mesmo tinha justificação para ser apresentado neste período antes da ordem do dia.

Imediatamente a seguir, concedeu a palavra ao Sr. Dr. Vitor Gomes, que fez a seguinte intervenção: - "É com profundo sentimento de alegria e simultâneamente de responsabilidade que V. Ex^a, Sr. Presidente, ao conferir o uso da palavra ao abrigo do novo Regimento desta Assembleia, me concede a honra de vos poder dirigir a palavra neste areópago de liberdade, permitindo-nos a todos um maior grau de responsabilidade na arte de bem servir o município e os munícipes.

O assunto que me trás à vossa presença prende-se com "as ofertas que a nossa cidade oferece aos turistas em trânsito por Aveiro".

Como é do domínio público, a nossa cidade tem ao longo destes últimos anos estado de costas voltadas para a Ria e para o seu rico e vasto

património natural envolvente. Aveiro e toda a sua área subjacente não tem sido aproveitada, antes pelo contrário, para o desenvolvimento turístico da Região. O que nos possibilitaria vir a transformar-nos numa potência turística Regional com multi-ofertas a todos os que procurassem uma Região atractiva como Aveiro.

Os turistas que Aveiro recebe, na sua maioria estão de passagem, não se fixando, pela ausência de estruturas e equipamentos vocacionados para o turismo e da satisfação das solicitações que os turistas fazem

Como é sabido de todos, não existem roteiros turísticos acessíveis, de âmbito municipal ou mesmo inter-municipal, particularmente dos concelhos periféricos, nos domínios mais elementares: gastronomia, edifícios, igrejas, lugares campestres etc., de interesse histórico-cultural ou lúdico, nem meios autónomos de deslocação, quer seja uma simples bicicleta, motorizada ou barco que o turista possa alugar e percorrer os belos lugares que temos para mostrar. Tão pouco existem guias devidamente habilitados para acompanhamento dos turistas aos locais ou espaços de interesse turístico. Igualmente não existem programas de visitas, quer sejam eles às "Mamoas" de Requeixo ou a umas Caves Bairradinas.

Com frequência durante este Verão, fui abordado por turistas de várias nacionalidades solicitando-me informações das mais variadas, desde procura de um barco a motor para alugar, passando pela demanda de lugares de interesse histórico, cultural e lúdico.

É com tristeza que sinto que Aveiro não tem tido a capacidade de presentear uma potencial oferta a todos aqueles que nos procuram, que procuram a "Veneza de Portugal"...

Pergunto, o que faz, ou para que serve a Rota da Luz?

Ainda recentemente demos mais uma mostra da nossa incapacidade e incompetência ao realizar-se uma pseudo Feira do Vinho, de 15 a 18 de Setembro, cujo objectivo dos organizadores era dar uma mostra dos vinhos da Bairrada, conforme brochura de divulgação do certame.

O facto, é que, para nosso desgosto de Aveirenses, a Feira confinou-se a uma minúscula amostra, sem vinhos da Bairrada e sem sentido de qualquer promoção vinícola. Tão pouco a gastronomia da Região esteve presente, pautando-se pela presença simbólica do Alentejo e de África.

Tudo isto ficou pelo programa e eventualmente pelos desejos frustrados de um ou outro autarca mais preocupado mas provavelmente impotente perante tanta ineficácia e incompetência.

Mais uma vez demos um mau exemplo e provavelmente tenhamos voluntariamente produzido alguma chacota sobre nós mesmos vindas de outros interesses e Regiões concorrentes com a nossa. "

Neste momento deram entrada na sala os Vogais João Barbosa, Raul Ventura Martins e Joaquim Abreu.

Usou seguidamente da palavra o Vogal António Salavessa, para salientar que, muito embora respeite a decisão da Mesa, discorda da exigência das quarenta e oito horas que a Mesa entendeu dever exigir. Referiu também que em seu entendimento, isso é, uma forma de alterar o Regimento, pois quando este estabelece o "antes da sessão", para si esse "antes" significa o imediatamente antes.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, esclareceu que, na interpretação da Mesa e salvo uma opinião diferente que a Assembleia eventualmente possa ter, a decisão deste prazo não é necessariamente contrária ao que está expresso no Regimento, considerando o mesmo fundamental para que haja uma determinada disciplina. Acrescentou ainda que, se se atendesse o Regimento dentro da perspectiva que o Vogal Salavessa entende, poder-se-ia logo no início dos trabalhos, quando tudo está preparado para se iniciar a reunião, a Mesa ser abordada por um conjunto de munícipes a apresentarem temas diferentes, os quais a Mesa teria que analisar e decidir; Mesa essa que, eventualmente até poderia não estar totalmente constituída e quando o Regimento refere a opinião da Mesa, é entendimento desta que deve ser a Mesa que foi eleita e não uma Mesa composta por elementos que na circunstância venham a ser indicados pelos partidos na falta dos respectivos titulares. A terminar, sublinhou que foi em suma isto, que foi tomado em conta para estabelecer o referido período.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Jorge Nascimento.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, começou por dizer que também respeita a opinião da Mesa, porém discorda profundamente da sua actuação no que concerne a esta matéria concreta, considerando que, ao proceder do modo como procedeu a Mesa exorbitou, legislou sem que tivesse poderes para tal. Em seu entender, é inequívoca a interpretação de que qualquer munícipe pode usar da palavra desde que o assunto seja transmitido à Mesa e este seja do interesse municipal e desde que o faça "antes", já que nada diz se é um minuto se é uma hora, tem que ser apenas "antes".

Assim, ou a Assembleia delibera que de futuro a interpretação correcta é a de que apenas seja "antes", ou então a Mesa se está muito interessada nas quarenta e oito horas, terá que agendar uma alteração ao Regimento para que se aprove a fixação desse período, de outra forma não tem competência para tal.

Usando também da palavra o Vogal Vitor Mangerão, disse corroborar as intervenções anteriores, salientando no entanto que o Regimento é muito recente, tendo sido discutido tanto quanto foi necessário e elaborado em conjunto pelos representantes dos vários partidos com assento neste órgão. Assim, do texto final e da discussão que levou à sua aprovação nesta Assembleia, não resultou a necessidade de interpretar e integrar qualquer lacuna do mesmo, logo foi considerado obra acabada, eventualmente com defeitos neste ponto como noutra ponto qualquer. Admite porém que hajam razões funcionais que levem a ponderar melhor essa questão dos cidadãos apresentarem antecipadamente os seus requerimentos à Mesa. Considerou que a Mesa ao legislar abriu um precedente extremamente negativo, extrapolando para lá da competência que lhe é atribuída pelo Regimento.

A finalizar, salientou que no âmbito desta matéria, gostaria de ver a Mesa a tomar a iniciativa de fazer rectificar pela Assembleia depois de discussão, uma adenda a esse artigo do Regiemnto, já que de outra forma nunca se terá uma legalidade assumida por todos.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Pedro Dias, referiu que a interpretação que a Mesa faz do Regimento não lhe parece descabida, crendo mesmo que a mesma visa apenas facilitar o normal andamento dos trabalhos e visa sobretudo dar cumprimento a uma norma que o próprio Regimento estabelece que limita os assuntos sobre os quais o público pode intervir nesta Assembleia. É evidente que o Regimento diz que a palavra pode ser concedida ao público para apresentação de assuntos de interesse Municipal. Todavia em sua opinião, esses assuntos passam por uma prévia informação à Mesa sobre qual o tema do assunto a ser abordado na própria Assembleia. Salientou que, de outra maneira, não seria possível fazer qualquer tipo de controle e poder-se-ia chegar a situações em que não se poderia controlar o próprio Regimento. Assim, considerou que a regra que a Mesa fixou, em sua opinião não fere o Regimento nem o próprio espírito do mesmo, pois só vê que a Mesa não pudesse conceder a palavra ao público, quando obviamente estivessem em

causa assuntos que não fossem de interesse Municipal e mesmo nessas situações, obviamente caberia sempre recurso para o plenário.

Também no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, considerou que as razões apontadas pela Mesa lhe parecem válidas, não vendo por isso que haja prejuízo algum para a intervenção do público. Disse achar também correcta a forma sugerida pelo Vogal Vitor Mangerão, no sentido de que a Mesa devia propôr uma alteração ao articulado.

Sobre este assunto pronunciou-se também o Vogal Neto Brandão, que disse pensar que o mesmo pode rapidamente ser ultrapassado. Para este Vogal, está-se em presença de uma decisão da Mesa, da qual, nos termos do Regimento é passível de recurso para o plenário, recurso esse que passará a ter uma natureza vinculativa, porquanto a decisão da Assembleia relativamente à interpretação desta norma ficará a vigorar para todos os casos.

Assim, nos termos do Artº 64º nº 3, propôs que o plenário desta Assembleia delibere sobre este assunto.

Novamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, começou por dizer que não iria discutir mais nada da parte substancial deste assunto e que subscreve a proposta do seu colega de bancada.

Prossequindo, referiu que o discurso que ouviu das bandas do CDS, designadamente do último interveniente que teve o cuidado de dizer que subscrevia a intervenção do seu colega Vitor Mangerão, ou seja: " temos três advogados a dizer que se subscrevem uns aos outros, no entanto a mim e ao amigo Salavessa não subscrevem, só que, o último interveniente do CDS, esqueceu-se de um pormenor, é que o Dr. Vitor Mangerão tinha subscrito a nossa intervenção, e então estamos aqui num dialelo; é uma palavra cara não é? é que os Srs. não percebem as palavras caras! o Sr. esteve aí no troca tintas e não disse nada. Quando afinal eu que não sou advogado, disse: primeiro, que a interpretação está mal; segundo, se querem alterar que alterem e que proponham; terceiro, não me cabia levantar a questão, porque de outra forma transformar-se-ia numa praxis, e o Sr. não percebeu nada disto que eu disse. Eu disse só com uma palavra que a praxis em que entraríamos...

Neste momento foi interrompido pelo Vogal Jorge Nascimento.

Vogal Jorge Nascimento:

Sr. Presidente dá-me licença? um ponto de ordem...

Vogal Custódio Ramos:

A Mesa autorizou-o a interferir?

Presidente da Assembleia:

Um momento, um momento, Sr. Custódio Ramos eu também acho que a explicação já está dada.

Vogal Jorge Nascimento:

Sr. Presidente, se me permite um ponto de ordem. Eu acho que nos termos regimentais, já que o Sr. Deputado é tão formal, não deve dirigir-se, nem autorizo que o faça, deve dirigir-se em meu respeito ao Sr. Presidente e não a mim directamente. Estou num órgão de respeito e refiro-me aos colegas com todo o respeito, o que o Sr. não está a fazer alterando a voz de uma forma, quer dizer, tão inflamadamente que nada justifica. Se o Sr. assim preza as suas coisas, então gere-as todas à gritaria.

No uso da palavra o Vogal Armando Vieira, saudou a introdução desta nova figura Regimental na vida desta Assembleia, tornando assim plena a democracia no funcionamento deste órgão. Salientou ainda que, as Assembleias de Freguesia onde o PSD é poder, desde sempre têm nos Regimentos das respectivas Assembleias esta figura regimental, que apenas hoje se introduz no funcionamento desta Assembleia.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Pedro Dias, fez a seguinte intervenção: - " Sr. Presidente, como membro desta Assembleia quero fazer e quero que fique em acta, porque estas coisas têm que ficar em acta, um protesto muito firme, muito veemente pelo nível da intervenção do Sr. Deputado Custódio Ramos. E dizer aos Sr. Deputado Custódio Ramos, que, se o Sr. está habituado a intervenções e a discussões desse nível o problema é seu, nós nem lhe vamos responder, porque o Sr. merecia que lhe dissessem que, se o Sr. Deputado Jorge Nascimento é troca tintas ou não entende palavras caras, provavelmente aprendeu consigo, provavelmente terá sido. Portanto quero que fique bem claro que não aceito o nível que o Sr. Deputado Custódio Ramos, deu à sua intervenção e quero deixar bem claro que são intervenções deste género e deste tipo e deste jaez e deste calibre que descaracterizam e que tiram a dignidade a este órgão. Sr. Presidente, quero que este protesto fique em acta, porque a bancada do CDS está solidária e não aceita este tipo de intervenções."

Entretanto saíram da sala os Vogais João Tavares Duarte e Gonçalo Caetano Alves.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa, disse que o assunto está discutido, neste momento a Mesa fica com a convicção de que ultrapassou

o seu poder e portanto ao interpretar o nº 3 do Artº 64º, considerando que havia de facto uma lacuna, quando não se definia o tempo, não se sabia se era de um minuto se era de uma hora, a Mesa definiu o tempo e disse que seria de quarenta e oito horas, entendendo que estava de facto a interpretar ao abrigo do Artº 64º. Reconheceu que houve engano, disse no entanto que a Mesa não está arrependida por isso, porque ninguém disse que na realidade a Assembleia não era soberana para alterar o que quer que fosse. Portanto na ausência da Assembleia e havendo necessidade de tomar decisões, a Mesa tomou uma decisão como continuará a tomar decisões sempre que seja necessário. A Assembleia depois se repudiou e se contestou a posição da Mesa, decidirá de outra maneira.

A finalizar, salientou que a Mesa também considera que não pode ficar por clarificar o tempo de apresentação dos assuntos, como tal, a Mesa certamente vai ponderar e vai sujeitar à apreciação da Assembleia uma melhor definição deste período de apresentação dos temas a serem apresentados pelo público.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Nuno Tavares, felicitou o Sr. Presidente da Assembleia, pelo bom senso e pela ponderação que pôs na intervenção final relativamente a este assunto.

Entretanto deram novamente entrada na sala os Vogais João Tavares Duarte e Gonçalo Caetano Alves.

Terminado o período de intervenção ao público, o Sr. Presidente da Mesa, deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Artur da Rosa Pires, Fernando António Portela Rocha Andrade, Libério da Silva Santos, Francisco Alves da Costa Braga, António José Rangel Leite Ferreira e Raul Ventura Martins, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Seguidamente chamou atenção dos Srs. Deputados, para a necessidade de justificarem as respectivas faltas, sempre que não estejam presentes às reuniões, ainda que estas não se realizem por falta de "quorum".

Continuando no uso da palavra, deu nota dos pedidos de suspensão de mandato apresentados pelos Vogais António José Rangel Leite Ferreira, pelo período que decorre até ao próximo dia 31 de Dezembro; Fernando António Portela Rocha Andrade, pelo período que decorre até ao

próximo dia 31.01.95 e Francisco Manuel Alves da Costa Braga, pelo período que decorre até ao dia 23 .03.95, tendo a Assembleia deliberado aceitar os referidos pedidos de suspensão de mandato.

Prosseguindo deu também nota de toda a correspondência enviada a este órgão e informou que a mesma se encontra no Gabinete de Apoio à Assembleia, à disposição de todos os seus membros que eventualmente a queiram consultar.

Entretanto saíram da sala os Vogais Pedro Dias e Vitor Mangerão.

Imediatamente a seguir submeteu à votação da Assembleia as seguintes actas:

ACTA Nº 6 - Submetida à votação da Assembleia, veio a mesma a merecer aprovação por vinte e oito votos a favor e quatro abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Rosa Pires, nos seguintes termos: - " Abstive-me na votação porque não estive presente nesta reunião."

ACTA Nº 7 - Submetida à votação, veio a mesma a ser aprovada por trinta votos a favor e duas abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Santos, nos seguintes termos: - " Abstive-me na votação porque não estive presente nesta reunião."

ACTA Nº 8 - Submetida à votação, veio a mesma a ser aprovada por vinte e oito votos a favor e quatro abstenções.

ACTA Nº 9 - Submetida à votação, veio a mesma a ser aprovada por trinta votos a favor e duas abstenções.

ACTA Nº 10 - Submetida à votação, veio a mesma a ser aprovada por vinte e sete votos a favor e cinco abstenções.

ACTA Nº 11 - Submetida à votação, veio a mesma a ser aprovada por vinte e sete votos a favor e cinco abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - " Abstive-me na acta nº 8, porque faltei justificadamente; abstive-me nas actas nºs 9, 10 e 11, porque não tive oportunidade de confrontar com o Dr. José Amaro os trabalhos, daí a abstenção."

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, seguindo-se um intervalo para o Jantar, devendo os mesmos serem retomados às 21,00 Horas.



2ª PARTE

Pelas 21,30 Horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, João Gabriel Ferreira Santos, Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Arménio Sequeira Pereira, José Alberto Martins de Carvalho, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, António José Rangel Leite Ferreira, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Joaquim António Calheiros da Silveira e Libério da Silva Santos.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Diogo Machado, Pedro Simões Dias e José Maria Dias da Silva.

Imediatamente a seguir retomaram-se os trabalhos:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

No uso da palavra a Vogal Virgínia Veiga, disse pretender colocar três questões para as quais gostaria de ter depois alguma informação por parte da Câmara Municipal; relativamente à primeira, referiu que tomou já posição pública sobre ela e que a mesma tem a ver com a questão da instalação dos funcionários do Ministério das Finanças neste mesmo edifício e do destino a dar ao edifício do Banco de Portugal. Disse ainda ter tido conhecimento de que a Câmara Municipal deu novamente ordem de saída aos funcionários, salientando no entanto que gostaria de ouvir da boca do Sr. Presidente da Câmara, se desta vez é para cumprir e se desta vez a Câmara de Aveiro vai ter a energia suficiente para obrigar o Ministério das Finanças a ter para com Aveiro, para com a capital de um dos cinco distritos mais importantes deste país do ponto de vista eleitoral e um dos mais importantes do ponto de vista da criação da riqueza nacional, a dignidade que este distrito merece.

Continuando no uso da palavra e referindo-se a uma notícia veiculada na comunicação social, quis saber o que é que se passa de concreto relativamente a uma eventual privatização do sistema de recolha de lixos urbanos do Município de Aveiro. Referiu ainda que nessa notícia O Vereador Vitor Silva salientava que o assunto iria ser tomado com alguma brevidade, isto porque não teria necessidade de ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal.

Salientou que a ser verdade tudo isto, lembra ao Sr. Vereador Vitor Silva, que por igual precipitação caem hoje os canais da Ria, porque se tivesse vindo atempadamente, porque problemas da gravidade que têm a eventual privatização, de um aspecto que tem a ver directamente com questões de saúde pública, se tivessem vindo à Assembleia Municipal, provavelmente os canais não tinham caído. Disse esperar que não seja verdade no duplo sentido, de que a brevidade já se tem demonstrado muito grave para a cidade de Aveiro, esperando também que não seja verdade, porque dito por um Vereador que um assunto não vem à Assembleia Municipal nos termos em que lá vem descrito e dito da maneira como vem na notícia, considerou ser fortemente injurioso de um órgão autárquico e da sua pessoa enquanto membro desse órgão.

Finalmente solicitou esclarecimentos sobre as alterações ao projecto da Ponte de Pau; quis saber também se se confirma que no concelho de Aveiro existe uma média superior de um velocípede por pessoa e ao mesmo tempo saber se o actual Presidente de Câmara mantém a insensibilidade que o

anterior Presidente da Câmara teve em relação à construção de vias específicas para circulação designadamente de bicicletas.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, solicitou esclarecimentos relativamente à posição do Dr. Girão Pereira perante a Câmara de Aveiro, concretamente no que respeita ao seu pedido de suspensão de mandato.

Relativamente à queda dos muros das margens da Ria, quis saber quando e como se vai proceder à sua reparação e ainda qual a responsabilidade da Câmara nesta matéria e qual a responsabilidade da JAPA.

Finalmente, pretendeu saber em que termos foi celebrado o protocolo com a Pereira da Costa Gás, Lda, na sequência da última deliberação da Assembleia Municipal.

No uso da palavra o Vogal Raul Martins, começou por levantar um problema que se prende com o mau estado das estradas em consequência de obras quer de saneamento quer de gás que estão a ser levadas a efeito em várias freguesias rurais. Saliu que o mau estado dos pavimentos tem motivado atrasos nas carreiras dos STUA, o que considerou absolutamente normal tendo em conta essa situação. Assim e não tendo sido alterados os horários, os motoristas dos STUA, são obrigados a fazerem verdadeiras gincanas para cumprir esses horários, muitas das vezes em condições de segurança precárias. Assim alertou para a necessidade dos responsáveis pelos STUA alterarem os horários neste período de transição, tendo em vista evitarem-se possíveis tragédias, na ânsia de se cumprirem horários impossíveis.

Prosseguindo, chamou atenção ainda para a má sinalização dos buracos que se encontram nos pavimentos em consequência das obras que estão a decorrer e para a necessidade dos mesmos serem sinalizados convenientemente.

Seguidamente quis saber o que é que se passa de concreto em relação a um "boato" que corre de que o Sr. Presidente da Câmara, Girão Pereira deixou alguns papéis assinados em branco para se procederem a algumas promoções dentro dos Serviços a algumas pessoas em especial; considerou um boato extremamente malévolo, o qual disse ter tido ocasião de o desmentir, todavia solicitou ao Sr. Presidente da Câmara em exercício para que publicamente esclareça esta situação.

Relativamente ao pedido de suspensão de mandato do Presidente da Câmara, quis também saber qual é a situação concreta no que respeita a esta matéria.

Finalmente, quis saber o que é que se passa relativamente às "démarches" levadas a efeito pela Câmara Municipal, junto do Governo Civil de Aveiro e da PSP, na sequência do apelo feito pelo Vogal João Peixinha no sentido de se evitarem os desacatos que se têm verificado no bairro do Alboi à saída de um estabelecimento do ramo hoteleiro a uma determinada hora da noite. Isto porque, sendo certo que os desacatos continuam, deixou de ser um problema de polícia e passou a ser um problema municipal e como tal deve ser discutido neste órgão.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Élio Maia e Fernando Tavares Marques.

Usando seguidamente da palavra e dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa, o Vogal Neto Brandão quis saber se em cumprimento da Lei 64/93 de 26 de Agosto, algum dos Srs. Vereadores em regime de permanência, comunicou a este órgão o exercício de outras actividades, que não apenas as de Vereador.

Relativamente ao licenciamento pela Câmara de obras particulares, quis saber o que é que se passa concretamente quanto ao facto de estarem a ser levadas a efeito obras de construção civil naquele espaço de terreno onde estava instalada a sede do Beira-Mar, já que, e em violação da lei não se encontra afixado quer o aviso de publicitação de pedido de licenciamento, quer o aviso de publicitação pela concessão de alvará, o que, segundo este Vogal, na falta do referido aviso legal, levantam-se como é óbvio todo o tipo de interrogações.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Branco Pontes.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Cruz Tavares, abordou o tema relacionado com as grandes superfícies comerciais, começando por dizer que há um desfazamento no tempo em relação às partes em confronto, uma vez que as condições sociais e económicas evoluíram de tal maneira que do seu ponto de vista tornaram a questão quase de resolução imediata se for tido em conta não só as condições actuais como também os novos conceitos inclusivé de democracia. Há dez, vinte anos, quem mandava na produção dos diversos artigos de consumo, quem determinava o espaço e a oportunidade da distribuição desses produtos eram normalmente as fábricas, os produtores

quase exerciam uma ditadura sobre o gosto das pessoas. Todavia hoje e muito embora custe aceitar isto da parte dos pequenos comerciantes, quem determina a qualidade do produto, a forma do produto, a oportunidade da sua distribuição e o lugar da sua distribuição é de facto o cliente. Isto é imposto pelas circunstâncias económicas actuais, mas também é um princípio que é pacificamente acolhido pela democracia, pelos conceitos gerais da democracia, que é o cliente que escolhe, daí achar que, uma eventual decisão que se aponta a nível governamental sobre esta matéria, está em sua opinião a encarar o problema de uma maneira defeituosa. O Governo está inclinado a encerrar as grandes superfícies no domingo à tarde, o que na opinião deste Vogal é um erro, querendo por isso manifestar que a força da realidade está do lado dos clientes.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, a propósito da questão formal das placas de licenciamento junto à obra da Capitania, colocou também a questão da segurança para os peões, porque o passeio dessa obra a seguir ao tapume é extraordinariamente estreito, é um sítio de muito movimento e nas horas de ponta a maior parte das pessoas vêm para a faixa de rodagem, estando esta sistematicamente a ser invadida por dezenas de pessoas que não cabem naquele espaço entre o tapume e os carros estacionados, considerando que se trata de uma situação que a Câmara pode perfeitamente resolver, proibindo o estacionamento de veículos naquele local.

Chamou também atenção para idêntico problema com as obras que decorrem junto às bombas de gasolina da antiga Garagem Central, que embora de mais difícil resolução a Câmara não deve de igual modo descurar.

Relativamente à carta sobre o horário de funcionamento das grandes superfícies, dirigida pela Associação Nacional de Municípios à Assembleia, pensa que a mesma deveria ter sido objecto de uma deliberação formal deste órgão, facto que tem acontecido noutras Assembleia Municipais, nomeadamente em Estarreja faz parte da ordem de trabalhos a discussão deste ponto. Manifestou ainda a opinião de que em princípio deve ser a entidade que licencia a superfície que deve assumir a responsabilidade da definição do horário.

Prosseguindo, quis saber ainda qual foi a resposta que a Câmara entendeu dar ao Conselho Directivo da Escola Secundária nº 1, à cerca do problema do estacionamento na zona próxima da Escola.

Continuando no uso da palavra quis saber quais são de facto as ideias que estão em curso relativamente à criação de um corpo de Polícia Municipal. Salientou que não é esta a designação que o PCP perfilha, acham que aquela que consta da lei é a que corresponde de facto à ideia que deve ser defendida ou seja Serviços Municipais de Polícia. Manifestou algum receio de que com esta questão da Polícia Municipal se esteja a querer para o Município competências que depois o Município não tem capacidade de dar uma resposta adequada, preocupação ainda de que haja uma obsessão policial em torno desta questão, que não pode e não deve de forma alguma existir.

No que se refere à questão da Regionalização, deixou expresso que o PCP é absolutamente contrário à retirada da Regionalização da Constituição da República. O PCP, considera que a Regionalização continua a ser uma necessidade para o País, continuando convicto de que os problemas da Região de Aveiro, daqueles que afectam mais do que um Município só terão resposta eficaz no dia em que existir um poder regional democraticamente eleito que os enfrente de facto. Experiências como a Associação dos Municípios da Ria, provam até à data que há dificuldade em resolver os problemas numa base apenas de cooperação intermunicipal.

Relativamente à deslocação a Arcachon, em que teve oportunidade de participar integrando a delegação dos membros da Assembleia Municipal, disse não partilhar da ideia de que Arcachon seja muito semelhante a Aveiro e só numa abordagem regional ou intermunicipal é que é possível estabelecer alguns contactos. De facto numa perspectiva intermunicipal há semelhanças entre a Região de Aveiro e a Região de Arcachon. Assim e por considerar que são Municípios muito diferentes, disse não lhe parecer que sejam largos os horizontes de cooperação entre Aveiro e Arcachon, exceptuando talvez as áreas cultural e recreativa. Entende por outro lado que deveria ser estimulada a cooperação entre a Associação de Municípios da Ria e o distrito de Sur Bassin a que pertence Arcachon, sendo nesse nível que podem ser equacionadas as questões importantes como a Aquicultura, as questões do Porto e outras questões intermunicipais, como seja por exemplo as soluções que têm para o tratamento de lixos urbanos e outras.

Referiu que esta deslocação a Arcachon, incluiu a passagem por Ciudad Rodrigo, que é outra cidade geminada com Aveiro, mas que também é tão diferente de Aveiro. Tais situações, levantam-lhe algumas interrogações sobre como é que surgem as geminações ou seja, qual o processo que leva às

geminções e se as mesmas não estão a ser um pouco fruto do acaso. Entende que nesta matéria não se deve deixar o processo de geminação ao fruto do acaso, mas sim procurar semelhanças com outras cidades que pelo seu estado de desenvolvimento económico e pelas suas potencialidades sejam compatíveis com o desenvolvimento de Aveiro.

Também pelas explicações e informações que recebeu, não lhe parece que seja volumoso o dossier da colaboração durante cinco anos com Arcachon, nem muito grandes os frutos dessa geminação. As potencialidades que apesar de tudo existem poderiam ter sido melhor aproveitadas. A comemoração do quinto aniversário, foi uma oportunidade boa para dar a conhecer Aveiro e o nosso país a uma determinada região, considerando por isso que foi uma atitude louvável e que deve ser estimulada, já que por vezes é evidente algum desconhecimento àcerca da nossa realidade nos mais diversos aspectos, nomeadamente no aspecto do nosso sistema municipal.

Referindo-se à exposição que foi feita sobre Aveiro, salientou que a mesma na sua aparente simplicidade constituiu uma mostra eficaz do nosso património, das nossas potencialidades e da cultura, de uma forma moderna e algo dinâmica.

Por outro lado já não esteve tão bem em sua opinião a restante embaixada cultural, apesar do esforço meritório do Grupo da Confraria de S. Gonçalo para animar e para dar unidade a uma noite de apresentação da nossa cultura, essa noite não foi a melhor solução, não constituiu a melhor imagem possível do nosso concelho, faz-se melhor em termos de música, de dança e teatro e de outras formas de animação cultural, o conjunto de quem foi sem desprimor para ninguém, mas o conjunto foi demasiado passadista, popular no pior sentido do termo, quando há outros grupos em Aveiro, há gente diferente que conseguiria dar uma imagem mais moderna, mais actual, mais rica do ponto de vista cultural, daquilo que existiu de facto.

Quanto aos actos oficiais, apesar da organização dos actos oficiais ser da responsabilidade da Câmara de Arcachon, entende que a Câmara Municipal deveria ter intervido para salvaguardar alguns aspectos protocolares. Nada justifica por exemplo a não ser o desconhecimento do nosso sistema municipal que na Mesa de honra da última refeição oficial, a Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro não tenha estado presente através da figura do seu Secretário, quando todas as outras estruturas convidadas estavam

presentes. Considerou que neste caso deveria de ter havido uma intervenção Municipal no sentido de corrigir essa situação.

Finalmente, disse também nada justificar que no principal acto oficial, tenha sido o Dr. Girão Pereira a usar da palavra em último lugar. O Dr. Girão Pereira esteve presente para receber a Medalha de Prata do Ministério da Juventude e Desportos de França, mas não tem neste momento qualquer vínculo oficial à Câmara de Aveiro. Entende por isso que a intervenção de encerramento deveria de pertencer ao Sr. Professor Celso Santos, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e a intervenção do Sr. Dr. Girão Pereira deveria ter sido logo a seguir à entrega da Medalha, para fazer uma alocução de agradecimento.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal João Barbosa, atendendo a que se aproxima a época das chuvas, fez uma sugestão à Câmara para que mande limpar as caixas das águas pluviais, para que não se repita aquilo que tem acontecido em anos anteriores, ruas completamente alagadas quando caem as primeiras chuvas.

Prosseguindo, lamentou que a Câmara não tenha convidado um Presidente de Junta de cada partido na deslocação a Arcachon. Estranhou também o facto da Câmara convidar o rancho Foclórico de Cacia e não ter convidado para o acompanhar, o respectivo Presidente da Junta de Freguesia.

Finalmente e atendendo a que, segundo este Vogal, a maior parte dos Srs. Deputados aqui presentes, assim como alguns membros do Executivo Municipal não devem conhecer o protocolo autárquico, pois de contrário em sua opinião não haveriam tantos esquecimentos, passou a ler e a distribuir uma cópia do guia do protocolo autárquico, fazendo ao mesmo tempo um apelo para que de futuro a Câmara não se esqueça dos Presidentes de Junta.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Manuel Arede, abordou o problema da lixeira de resíduos tóxicos a instalar no Cardal, concelho de Vagos, mas que faz extrema com o concelho de Aveiro, alertando para os perigos que podem resultar da referida instalação para as freguesias circunvizinhas, nomeadamente, Nariz, Requeixo, Verba, Pateira de Fermentelos, pelo facto de se prever a sua instalação em cima de uma linha de água com ramificações para os ditos lugares.

Usando seguidamente da palavra, o Vogal Nuno Tavares, quis saber se entre as salas que a Câmara foi ocupar na Escola Homem Christo, para instalar alguns dos seus Serviços, se uma dessas salas era ou não o

Laboratório de Física e Química, que há muito poucos anos tinha sido equipado tendo-se gasto então nesse equipamento alguns milhares de contos.

Prosseguindo e a propósito de um Congresso de Reabilitação realizado há alguns dias no nosso país, salientou que uma das questões mais abordadas foi a da abolição das barreiras arquitectónicas para deficientes, nos espaços e nas vias públicas. Lembrou por isso, que há quatro anos essa mesma questão foi colocada aqui neste órgão, tendo sido então objecto de uma recomendação aprovada por unanimidade, dirigida ao Executivo. Porém e decorrido todo este espaço de tempo as promessas então feitas pelo Executivo não passaram de facto de promessas, porque as coisas estão exactamente na mesma situação. Segundo este Vogal, isso significa a falta de consideração por cidadãos que sofrem de deficiências e diminuições que os impossibilita de terem acesso a transportes públicos, a estruturas de serviços etc..

Finalmente uma palavra de apreço pelo programa que a Câmara patrocinou de ocupação de tempos livres na zona de Santiago, pois graças a ele e segundo informações do Comandante da PSP, a criminalidade na zona de Santiago baixou muito substancialmente. Considerando por isso que se trata de um exemplo a seguir, demonstrativo também de que o Executivo e nós todos nos interessamos pela resolução dos problemas sociais das classes e dos cidadãos como nós, mas que são social e economicamente menos favorecidos.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Vitor Mangerão, salientou que nem tudo foi negativo como se poderá depreender numa primeira leitura dos comentários feitos pelo Vogal Salavessa; houve coisas positivas, particularmente o discurso que o Professor Celso Santos fez, como Presidente da Câmara de Aveiro. Referiu também que não o atingiu demasiado o facto protocolar do Dr. Girão Pereira falar no fim, isto porque o Dr. Girão Pereira é um amigo da casa, é um amigo do "Maire" e por isso estas coisas em sua opinião contam muito mais do que os resíduos protocolares. Entende que se deve levantar o problema para que mude, mas pode-se aceitá-lo sem demasiados dramatismos. Salientou que os Franceses foram simpaticuíssimos, considera que há pernas para andar numa ligação maior a Arcachon.

Relativamente à atribuição da medalha da Ministra Francesa ao Presidente Dr. Girão Pereira, disse não ter percebido muito bem o que é que o homenageado terá feito ao longo de todos estes anos sobre o desenvolvimento das actividades Desportivas e de Juventude que tenha justificado tal distinção pela Ministra Francesa.

Finalmente e no que se refere à posição do Dr. Girão Pereira na Câmara de Aveiro, disse que para si é um ponto muito claro, o Dr. Girão Pereira está com o mandato suspenso, não está na Câmara, não é sombra, nem sequer é Assessor da Câmara, para si quem neste momento responde pela Câmara é o Professor Celso Santos e toda a sua equipa e é perante estes que tem que pedir responsabilidades e é com estes que tem que dialogar.

Novamente no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, fez a seguinte intervenção: - " Sr. Presidente, pensei que a querela aqui levantada sobre os Srs. Deputados se deverem dirigir ou não ao Sr. Presidente ou directamente aos Vogais desta Assembleia, estaria definitivamente encerrada. Pareceu-me que não foi assim e por forma indirecta voltou aqui a ser trazida e eu sinto-me no dever e na obrigação de responder a esse facto. Devo dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que não me preocupa absolutamente nada que os Srs. Deputados se dirijam a mim em concreto quando o fazem apeladamente em termos proporcionais à minha intervenção, mas não permito aqui e em nenhum lugar que ninguém se dirija a mim com acinte pessoal e em termos de gritaria."

Usou seguidamente da palavra o Vogal Diogo Machado, para em nome da sua bancada manifestar o apoio claro e irrefutável ao actual Executivo. Acrescentou que não são cépticos nem cínicos, muito menos hipócritas e pela sua parte e pela parte da bancada do CDS, não paira sobre as cabeças dos membros deste órgão, nem o fantasma, nem o brilhante passado do Dr. Girão Pereira à frente da Câmara Municipal de Aveiro. Assim, salientou que o seu partido tudo fará para ajudar ao sucesso deste Executivo, reafirmando que é ao carácter e à personalidade de um homem como o Dr. Girão Pereira que Aveiro deve hoje muito do que é.

Prosseguindo, disse não duvidar de que o actual Presidente da Câmara Celso Santos, será tão bem sucedido como o Dr. Girão Pereira, enquanto estiver à frente deste Executivo.

Finalmente solicitou esclarecimentos relativamente à desactivação do edifício do Banco de Portugal.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal João Peixinha, começou por dizer que tirava apenas "meia chapelada" ao Programa Olimpo; primeiro por não terem sido abrangidas todas as freguesias; segundo por não ter sido recuperado o circuito de manutenção do Parque da cidade; terceiro por não ter

Handwritten signature: *Beu*

Handwritten mark: *[initials]*

sido contratado um Professor de Educação Física, finalmente em quarto, por a Câmara estar a ser um elo de propaganda dos Ginásios privados da cidade.

Salientou que todas as freguesias do concelho possuem Polidesportivos, todavia o programa Olimpo não chegou a essas freguesias. Realçou também que parte da população dessas freguesias rurais trabalha no campo, sendo nesse sector que 70% das pessoas sofrem de problemas de coluna e aqui o referido programa poderia ter um papel preponderante, desde que a Câmara disponha de especialistas para o efeito.

Lamentou que o Parque da cidade que é o local apropriado para as pessoas fazerem a sua manutenção física, esteja completamente abandonado do ponto de vista de estruturas de apoio. Considerou também que esse apoio passa pela contratação por parte da Câmara, de um Professor de Educação Física que programe devidamente este trabalho.

Prosseguindo, acrescentou que a partir de Outubro acabam este tipo de acções e a Câmara andou a promover os Ginásios particulares da cidade, que aproveitaram para contratar os aderentes. Entende por isso que este tipo de acções devem desenrolar-se todo o ano e em todos os pontos do concelho.

Chamou também atenção do responsável por este pelouro, para os subsídios que vai distribuir, porque determinadas verbas que andam aí no ar, gastas com determinados tipos de formação não passam de uma grande mentira e como já teve oportunidade de dizer nesta Assembleia não tem que ser a Câmara a pagar a Americanos, Brasileiros ou Polacos, porque segundo este Vogal, "quem não tem cão caça com gato".

Continuando no uso da palavra, deu os parabéns à Câmara e ao seu Presidente, porque parece que a ideia de Desporto nesta Câmara é totalmente diferente da do Presidente anterior e disse dizer isto, porque várias vezes colocou neste órgão o problema da utilização dos tempos livres e o Dr. Girão Pereira, respondeu sempre que tal não fazia parte dos planos da Câmara.

Relativamente às obras que decorrem para a instalação do gás, referiu que foram abertas as valas do lado contrário às casas, originando que, quando for pedida a instalação do gás vai ter que se esventrar novamente as ruas.

Finalmente chamou atenção para a necessidade de se criar um Parque de Campismo, uma vez que se trata de uma infra-estrutura importante no apoio ao turismo.

Seguidamente no uso da palavra a Vogal Virgínia Veiga, na sequência das várias intervenções sobre o Dr. Girão Pereira, disse que pessoalmente e como Deputada Municipal mantém-se atenta ao que se está a passar e que pontualmente se verá em períodos não necessariamente antes da ordem do dia mas em questões muito concretas quem foi afinal o verdadeiro responsável por aquilo que se está a fazer e se está haver ou não situações de fraude à lei. Disse ainda que não é só de Aveiro que partem exemplos de situações em que, dando-se de atribuição sistemática por parte dos partidos o mesmo tipo de mandato à mesma pessoa, essa cria alguns tiques de prepotência que têm estado a desacreditar fortemente a democracia.

Finalmente e relativamente à questão levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vera-Cruz, referiu que a descentralização e a regionalização que o seu partido defende está patente no prestígio que é dado aos presidentes de Junta que são pessoas que exercem um dos poderes populares mais directamente relacionados com a população e que mereciam de facto outro tratamento por parte da Câmara Municipal, sobretudo se chegassem ao fim das suas visitas e tivessem uma actuação como teve o Vogal Salavessa, que deu aqui o exemplo acabado, não das sugestões e ideias que trouxe de Arcachon, mas do que é uma verdadeira visita de trabalho e um verdadeiro relatório de trabalho.

Seguidamente no uso da palavra o Presidente da Assembleia, informou que o Sr. Vereador Belmiro Couto, entregou hoje neste órgão uma comunicação na qual dá nota de que continua a manter o cargo de Presidente do Conselho de Administração de uma empresa e a Gerência de mais três sociedades.

Entretanto saiu da sala o Vogal Pedro Dias.

Usando seguidamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara, prestou vários esclarecimentos às questões que entretanto foram levantadas, destacando-se a que diz respeito ao edifício da agência do Banco de Portugal, informando que a Câmara nem sequer considerou a hipótese de vir a adquirir aquelas instalações ou mesmo vir a utilizá-las. O que a Câmara fez de facto, foi um convite à Direcção Geral do Tesouro no sentido de não alienar o edifício, sugerindo a sua utilização pela Repartição de Finanças que há longos anos estão a ocupar instalações da Câmara Municipal, sem qualquer pagamento de renda.

Relativamente à questão da privatização dos lixos, informou que se está apenas a elaborar um estudo tendo em vista as hipóteses de privatização.

No que se refere às Pistas de Ciclismo, informou que a IP5 até à Barra, tem incorporada essa Pista de Ciclismo, tem sido também vontade da Câmara resolver o problema da 109, pensando ao mesmo tempo que em muitas das artérias da cidade isto possa também ser posto em prática.

Quanto à Ponte de Pau, informou que há uma preocupação importantíssima por parte da empresa a quem foi adjudicada a obra, por entender que a mesma deve ter uma estética que se enquadre no local com vista a não levantar problemas de impacto ambiental.

Relativamente à assessoria do Dr. Girão à Câmara de Aveiro, esclareceu que não existe qualquer assessoria, o que existe sim é uma amizade pessoal que os liga há muitos anos.

Finalmente quanto às promoções dos funcionários, esclareceu que o Dr. Girão não deixou papéis em branco assinados relativamente a promoções. Falou ainda da deslocação a Arcachon e do papel que pode desenvolver um corpo de polícia municipal, salientando no entanto que a criação deste tipo de polícia envolve verbas avultadas que pesam significativamente no orçamento municipal e que portanto só poderá ser levado avante se houver apoios financeiros a nível governamental.

Usaram ainda da palavra os Vereadores Vitor Silva, Belmiro Couto e Henrique Mendonça, que prestaram também esclarecimentos às questões que foram levantadas.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se à apreciação da ordem de trabalhos:

Entretanto saiu da sala o Vogal Rocha Andrade.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Nota: - A Comunicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma faz apenas parte integrante do original desta acta.

Seguidamente no uso da palavra o Presidente da Câmara em exercício, fez a apresentação do documento em epígrafe e colocou-se à disposição dos membros da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Usou da palavra o Vogal Olinto Ravara, para salientar que um Plano estratégico deve preceder a elaboração do PDM, devendo este último ser a peça final e estar sujeito a mutações no tempo. Acrescentou também que tendo em atenção que o estudo foi encomendado à mesma equipa que elaborou o PDM, disse ter algum receio, que essa equipa venha a condicionar as suas opções por aquilo que já fizeram no PDM, criando um desfasamento muito grande relativamente àquilo que já está feito e àquilo que poderia ser projectado se não houvesse esse compromisso.

Prosseguindo, considerou que seria salutar, ainda que a Câmara Municipal dispusesse de alguns dos seus recursos financeiros, encomendar um outro trabalho ainda que não tão exaustivo, de maneira a que assim pudesse conhecer as perspectivas de outros indivíduos interessados e conhecedores. Finalmente sugeriu que para este Plano Estratégico deveriam não só serem ouvidos os agrupamentos políticos com assento neste órgão, mas as principais forças vivas desta cidade e da sua região, do modo a que o produto final venha a ter tradução concreta no sentimento e na vontade dos seus principais interlocutores.

Congratulou-se pela nova atitude que a Câmara está a ter em relação às freguesias, esperando que a mesma frutifique, tendo em vista o desenvolvimento harmonioso e global de todo o concelho.

Finalmente quis saber qual o ponto da situação em relação aos projectos do Cojo, do TIF, Parque de Exposições e quais os principais projectos que a Câmara tem em carteira para apresentar à Comunidade Europeia, alertando ainda para o facto de que se o PDM não estiver aprovado não virá nenhum apoio da Comunidade Europeia para suportar financeiramente esses projectos.

Não se registando mais intervenções e dado o adiantado da hora,
o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00Horas e 30 minutos do dia 27.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no
que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai
ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



Rafael Luís
Benedito
Philip H.